



COLEÇÃO MANUAIS DA
PSICOLOGIA



**PSICOLOGIA
JURÍDICA**

COORDENADORA DA COLEÇÃO
ROBERTA FERREIRA TAKEI

AUTORAS

QUELE DE SOUZA GOMES
TERESA CRISTINA FERREIRA DE OLIVEIRA

AUTORES

Roberta Ferreira Takei

Doutora em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal da Bahia Graduada em psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre e Doutora em Psicologia do Desenvolvimento pelo Programa de Pós- graduação em Psicologia (POSPSI/UFBA). Possui formação em Psicanálise, atendendo principalmente crianças e adolescentes em contexto clínico. Professora de Psicologia em algumas instituições de ensino privado da cidade de Salvador. Também ministra cursos e seminários livres sobre atendimento infantil e temas em Psicanálise. Autora do blog Freudsplica.

Teresa Cristina Ferreira de Oliveira

Advogada, Professora de Direito, Mestra e Doutoranda em Família na Sociedade (Ucsal) Advogada- OAB/BA; Mediadora de Conflitos; Professora de Mediação, Conciliação e Arbitragem; Direito de Família; Advogada militante na área de Direitos de Família; Mediação; Adoção. Membro da Comissão Mediação, Conciliação , Secção da Bahia. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia/ UFBA. Especialista em Família-Relações Familiares e Contexto Sociais- UCSAL. Mestre em Família na Sociedade Contemporânea, 2014, ex- bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia/ Fapesb; Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea- UCSAL; Integrante do grupo de pesquisa Desenvolvimento Humano da Universidade Católica do Salvador/BA. Orientadora de iniciação científica Faculdade Devry Ruy Barbosa/ Wyden e escritora. Coordenadora da Pós-Graduação em Psicologia Jurídica e Mediação de Conflitos da Universidade Católica do Salvador/Bahia.

Quele de Souza Gomes

Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento, ênfase em Saúde e desenvolvimento psicológico, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento Infantil (UFSC), psicóloga voluntária no Fórum de Famílias da Ilha do Norte (Tribunal de Justiça de Santa Catarina). Experiência psicoterapia individual, avaliação psicológica e docência ensino superior (graduação em Psicologia e Direito) e técnico.

APRESENTAÇÃO

VOLUME 4 - PSICOLOGIA JURÍDICA

A coleção **Manuais de Psicologia** é o melhor e mais completo conjunto de obras voltado para a capacitação e aprovação de psicólogos em concursos públicos e programas de residências do Brasil. Elaborada a partir de uma metodologia que julgamos ser a mais apropriada ao estudo direcionado para as provas em Psicologia, contemplamos os 6 volumes da coleção com os seguintes recursos:

- ✓ Teoria esquematizada de todos os assuntos;
- ✓ Questões comentadas alternativa por alternativa (incluindo as falsas);
- ✓ Quadros, tabelas e esquemas didáticos;
- ✓ Destaque em vermelho para as palavras-chave;
- ✓ Questões categorizadas por grau de dificuldade, de acordo com o modelo a seguir:

FÁCIL	● ○ ○
INTERMEDIÁRIO	● ● ○
DIFÍCIL	● ● ●

Elaborado por professoras com sólida formação acadêmica em Psicologia, a presente obra é composta por um conjunto de elementos didáticos que em nossa avaliação otimizam o estudo, contribuindo assim para a obtenção de altas performances em provas e concursos na Psicologia.

GEISEL ALVES

Editor

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTERFACE PSICOLOGIA E DIREITO	11
1.1 Breve histórico da psicologia jurídica	12
1.2. Psicologia Jurídica no Brasil	13
1.3. Principais campos de atuação	17
Quadro Resumo	20
Quadro Esquemático	22
Questões comentadas	26
Referências	31
CAPÍTULO 2 - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO JURÍDICO	35
2.1 Perícia psicológica: principais características	36
2.2 Psicólogo perito e psicólogo assistente técnico	38
2.3 Diretrizes para elaboração de documentos provenientes da avaliação psicológica	40
2.4 Avaliação retrospectiva	46
Quadro Resumo	48
Quadro Esquemático	52
Questões comentadas	53
Referências	59
CAPÍTULO 3 - PSICOLOGIA JURÍDICA E DIREITO DE FAMÍLIA	63
3.1 Principais atividades desenvolvidas pelo psicólogo jurídico nas Varas de Família	63
Quadro Resumo	70
Quadro Esquemático	72
Questões comentadas	73
Referências	80
CAPÍTULO 4 - PSICOLOGIA JURÍDICA E DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	85
4.1 Atuação do psicólogo jurídico nos processos envolvendo perda ou suspensão do poder familiar	86
4.2 Atuação do psicólogo jurídico nos processos envolvendo adoção	89
4.3 Atuação do psicólogo jurídico nos processos envolvendo adolescentes em conflito com a lei	97
Quadro Resumo	105

Quadro Esquemático	109
Questões comentadas.....	110
Referências.....	118

CAPÍTULO 5 – PSICOLOGIA JURÍDICA E DIREITO DO TRABALHO 125

5.1 Assédio moral e sexual no trabalho.....	126
5.2 Acidente de trabalho e transtornos mentais e comportamentais.....	127
5.3 Perícia psicológica nas Varas do Trabalho	128
Quadro Resumo.....	131
Quadro Esquemático	133
Questões comentadas.....	134
Referências.....	144

CAPÍTULO 6 – PSICOLOGIA JURÍDICA E DIREITO PENAL 147

6.1 Teorias sobre o comportamento criminoso: breve resumo.....	148
6.2 Atuação do psicólogo jurídico no contexto penal	149
6.3 O psicólogo jurídico e o sistema penitenciário brasileiro.....	151
6.4 Atuação do psicólogo jurídico em situações de violência contra a mulher	154
Quadro Resumo.....	157
Quadro Esquemático.....	160
Questões comentadas.....	161
Referências	168

CAPÍTULO 7 – MEDIAÇÃO 171

7.1 Teoria do conflito.....	171
7.2 Breve histórico da mediação	173
7.3 Mediação e Conciliação	174
7.4 Conciliação.....	177
7.5 O papel do mediador	179
7.6 Lei sobre a mediação.....	182
7.7 Código de ética do mediador	194
Quadro Resumo.....	204
Quadro Esquemático	205
Questões comentadas.....	206
Referências	213

Interface Psicologia e Direito

CAPÍTULO

1

O que você irá ver nesse capítulo:

- ✓ 1. Breve histórico da Psicologia Jurídica
- ✓ 2. Psicologia Jurídica no Brasil
- ✓ 3. Principais campos de atuação
- ✓ Quadro Resumo
- ✓ Quadro Esquemático
- ✓ Questões Comentadas
- ✓ Referências

Para López (2009), a Psicologia Jurídica compreende a aplicação dos conhecimentos psicológicos ao melhor exercício do Direito. Nesse sentido, observamos que Psicologia e Direito, apesar de serem ciências complexas que detêm procedimentos específicos, têm como objeto de estudo o comportamento humano (ROVINSKI, 2007).

Desse modo, entende-se que as práticas psicológicas no contexto jurídico são realizadas com o objetivo de promover decisões equitativas e referem-se, segundo López (2009), Lago et al. (2009), Messa (2010), Homrich e Lucas (2011), BRITO (2012), Silva (2012) e Gomide (2016), à avaliação psicológica; acompanhamento psicológico de vítimas, agressores e funcionários do judiciário; conciliação e mediação de conflitos; criação e implementação de políticas públicas voltadas para a prevenção da violência e promoção de comportamentos pró-sociais; e, por fim, a seleção e formação de pessoas para atuarem no sistema judiciário.

1. BREVE HISTÓRICO DA PSICOLOGIA JURÍDICA

O campo do conhecimento relacionado à Medicina Legal, segundo Caires (2003), pode ser considerado um dos precursores da relação entre Psicologia e Direito, tendo em vista que foi com a legitimação do exercício da Medicina Legal pelo Código Criminal Carolino, no século XVI, que a consulta e audiência de médicos como peritos, nos casos relacionados aos distúrbios mentais, começou a ser realizada.

De acordo com Caires (2003) e Gomide (2016), a primeira perícia psiquiátrica foi realizada pelo médico Paulo Zacchia, na Itália, e teve como objetivo a avaliação da saúde mental de indivíduos envolvidos com a justiça. Ainda de acordo com as autoras, Paulo Zacchia foi considerado o fundador da Psicopatologia Forense, devido as suas contribuições, sendo uma das mais importantes a publicação do livro *Questiones médico-legales*, em 1650.

Segundo Leal (2008), durante o século XIX, a participação dos médicos nas cortes começou a ser mais requisitada pelos juízes, haja vista o crescente número de crimes praticados, sem motivo aparente, por pessoas que não poderiam ser consideradas loucas (portadoras de distúrbios mentais). Diante de tamanha agitação, o médico francês Prosper Despine que, posteriormente, foi considerado o pai da Psicologia Criminal, realizou um estudo a fim de investigar as características psicológicas inerentes a esses criminosos. Em seu estudo, Despine concluiu que os delinquentes não apresentavam qualquer tipo de enfermidade física ou mental. Para ele, os delinquentes, geralmente, agiam motivados pelo ódio, vingança, avareza, aversão ao trabalho, dentre outras características (LEAL, 2008).

Estudos como os de Despine, contribuíram para que, em 1838, fosse promulgada, pelos legisladores franceses, a primeira lei de proteção dos alienados (portadores de transtornos mentais). Apesar da promulgação dessa lei ser considerada uma conquista em relação aos direitos humanos, a sociedade da época ainda vivenciava desafios relacionados aos alienados criminosos que, por sua vez, recebiam o mesmo tratamento que os criminosos considerados mentalmente saudáveis (CAIRES, 2003).

Todavia, conforme Leal (2008), a partir de 1875, com o surgimento da Criminologia como ciência, seria possível descrever, prever e intervir sobre a etiologia e manutenção do comportamento criminoso. Nesse sentido, as ações que objetivavam distinguir os criminosos que tinham entendimento



QUADRO RESUMO

Palavras Chave	Descrição
Avaliação psicológica	Processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos técnicas e instrumentos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007, p. 3).
Conciliação	Procedimento para a solução de controvérsias em que as partes resolvem o conflito, a partir da intervenção de um terceiro, o conciliador (MESSA, 2010).
Mediação	Método de resolução de conflitos, em que um terceiro imparcial oferece assistência às pessoas em conflito, com o objetivo de reestabelecer a comunicação, favorecendo a realização de um acordo entre as partes (MESSA, 2010).
Medicina Legal	Especialidade médica interdisciplinar que, por meio da aplicação de conhecimentos técnico-científicos da Medicina, associados a conhecimentos de outras ciências como Física, Bioquímica, Toxicologia, tem como objetivo principal produzir a prova do crime e, em alguns casos, a prova de autoria do crime (MORRONE, 2006).
Perito	Profissional de confiança do juiz. O perito dispõe de conhecimentos técnico-científicos sobre determinada ciência. Desse modo, ele coleta e analisa dados sobre questões consideradas importantes para o esclarecimento dos fatos em um processo (SILVA, 2012).
Perícia psiquiátrica	Avaliação psiquiátrica sobre a higidez mental do indivíduo. Neste tipo de perícia, ocorre uma avaliação detalhada dos antecedentes pessoais e familiares, exame do estado mental e físico do indivíduo com o objetivo de verificar a capacidade de discernimento que o indivíduo apresenta em relação ao seu comportamento e as normas sociais. O profissional habilitado para realizar esse tipo de perícia é o psiquiatra que esteja devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (TEIXEIRA, 2003).
Psicopatologia Forense	Conjunto de conhecimentos que visa a elucidar, sistematizar e desmistificar os fenômenos inerentes a doença mental no contexto jurídico. (DALGALARRONDO, 2008).
Psicologia Criminal	Estudo dos comportamentos, pensamentos, intenções e reações do criminoso objetivando compreender os motivos que levaram o indivíduo a cometer o crime e quais mecanismos foram utilizados para isso (MESSA, 2010).

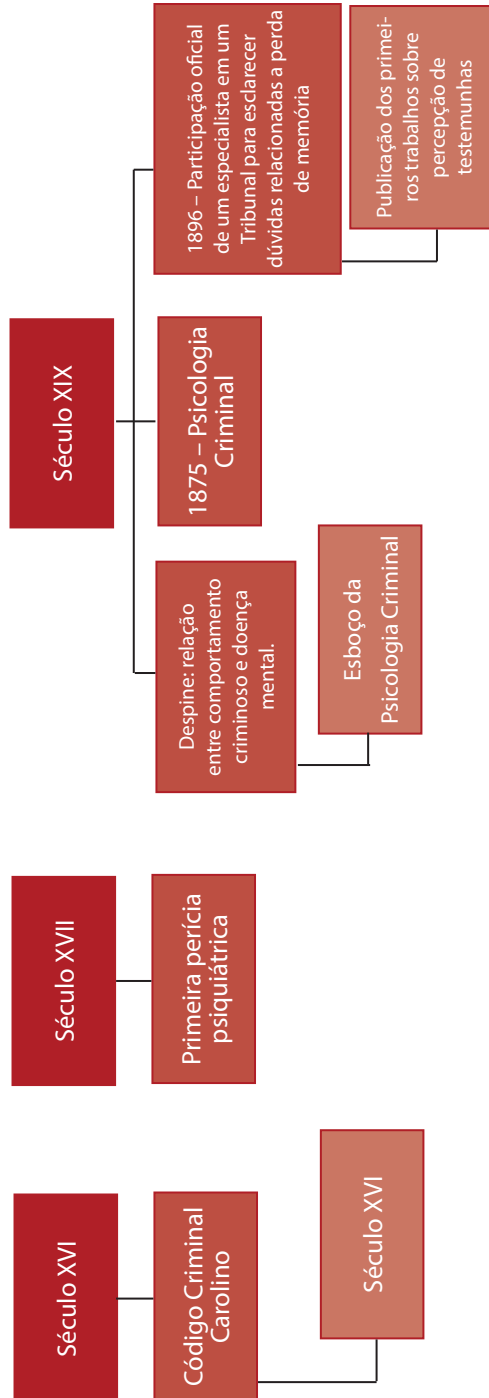


Criminologia	Conjunto de conhecimentos sobre o crime, a criminalidade e suas causas e a personalidade do criminoso, assim como a vítima, o controle social referente ao criminoso e sua ressocialização (MESSA, 2010).
Psicologia do Testemunho	Especialidade da Psicologia Jurídica cujo objeto de estudo consiste no estudo e sistematização dos fenômenos que influenciam na veracidade do relato das testemunhas, contribuindo, desse modo, para para desenvolversistemas de interrogatório (MESSA, 2010).
Psicologia Forense	Para Gomide (2016, p. 15), refere-se a área de conhecimento psicológico que tem algum tipo de envolvimento com o Direito, seja civil ou criminal. No entanto, Rovinski (2007, p. 15) define a Psicologia Forense como uma especialidade da Psicologia Jurídica que utiliza todas as áreas da psicologia para responder aos questionamentos formulados pela Justiça, no âmbito do Tribunal, cooperando com a administração da mesma.
Perícia psicológica	Aplicação de métodos e técnicas de investigação psicológica e neuropsicológica com a finalidade de subsidiar uma ação judicial, qualquer que seja sua natureza (área do Direito), toda vez que surjam dúvidas com relação à saúde psicológica do periciando (SERAFIM; SAFFI, 2015, p. 48). O profissional habilitado para realizar esse tipo de perícia é o psicólogo que esteja devidamente registrado no Conselho Regional de Psicologia.
Exame criminológico	Conjunto de avaliações clínicas, neurológicas, psicológicas, psiquiátricas e sociais do condenado (CHAVES; CAMPOS, 2015, p. 37).
Conselho Federal de Psicologia	Autarquia de direito público, com autonomia administrativa e financeira, que regulamenta, orienta e fiscaliza o exercício profissional do psicólogo (PSICOLOGIA, 2016).
Quesito	Fatos ou fenômenos, de natureza psicológica, a serem esclarecidos pelo perito psicólogo mediante a realização de perícia psicológica (ROVINSKI, 2007; SILVA, 2012).
Assistente técnico	Psicólogo de confiança da parte para assessorá-la e garantir o direito ao contraditório, não sujeitos a impedimento ou suspeição legais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010, p. 1).
Relatório psicológico	Apresentação descritiva acerca de situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais, pesquisadas no processo de avaliação psicológica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003, p. 7).
Parecer psicológico	Documento fundamentado e resumido sobre uma questão focal do campo psicológico cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003, p. 9).



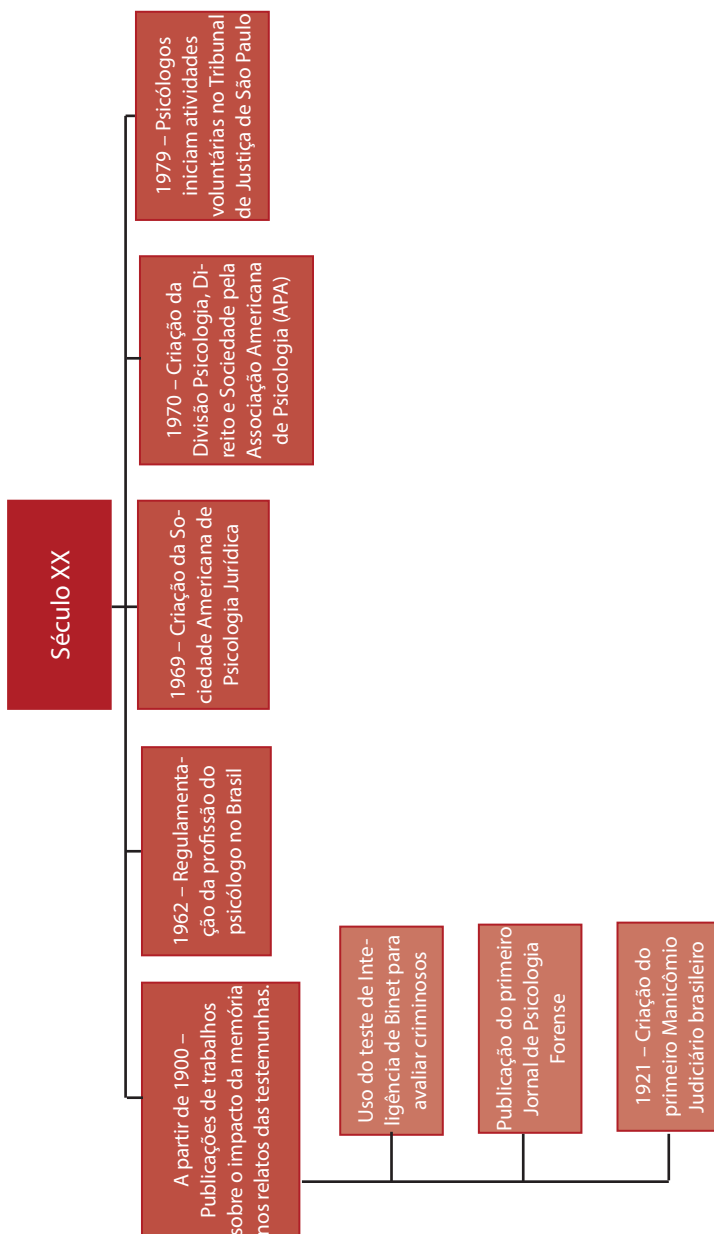
QUADRO ESQUEMÁTICO

CONTEXTO HISTÓRICO DA PSICOLOGIA JURÍDICA





CONTEXTO HISTÓRICO DA PSICOLOGIA JURÍDICA





QUESTÕES COMENTADAS

1. (FAURGS, TJ RS, 2016)

Com relação à atuação do psicólogo jurídico, observe as atividades abaixo.

- I. Estudo dos testemunhos nos processos criminais e avaliação de falsas memórias em depoimentos de testemunhas.
- II. Atendimento à vítima de violência doméstica, intervenção no processo de vitimização e criação de medidas preventivas associadas ao tema.
- III. Acompanhamento e tratamento em casos de sofrimento psíquico no âmbito das relações de trabalho.
- IV. Participação na seleção e formação geral ou específica de pessoal das polícias civil, militar e do exército.
- V. Intervenção em processos de separação, disputa de guarda, regulamentação de visitas e destituição do poder familiar.

Quais fazem parte do escopo de atuação do psicólogo jurídico?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas III e V.
- (D) Apenas I, II, IV e V.
- (E) I, II, III, IV e V.

GRAU DE DIFICULDADE ● ○ ○

Alternativa A: INCORRETA. Conforme já salientado por diversos autores (LAGO, 2009; MESSA, 2010; GOMIDE, 2016), as principais atividades desenvolvidas pelo psicólogo no âmbito jurídico dizem respeito a avaliação psicológica (perícias psicológicas), inclusive avaliação da veracidade de testemunhos, comportamento das testemunhas e falsas memórias, mediação e conciliação, acompanhamento e assistência a vítimas, seleção e formação de pessoas para trabalharem no sistema judiciário. Desse modo, as afirmativas I, II, III, IV e V estão corretas e como a Alternativa A indica apenas as alternativas I e II, a consideraremos incorreta, tendo em vista que a Alternativa E apresenta todas as assertivas como corretas.

Alternativa B: INCORRETA. Menciona apenas as assertivas II e IV como corretas.



Alternativa C: INCORRETA. Indica apenas as alternativas III e IV como corretas.

Alternativa D: INCORRETA. Essa Alternativa Apontas apenas as assertivas I, II, IV e V como corretas.

Alternativa E: CORRETA. Conforme justificativa para a alternativa a, esta opção indica todas as assertivas como corretas, sendo, portanto considerada a resposta correta para a questão.

2. (FCC - TRF, 2012)

A articulação da Psicologia com o Direito teve origem na

- (A) Psicologia do Desenvolvimento.
- (B) Psicologia Cognitiva.
- (C) Terapia Familiar Sistêmica.
- (D) Psicanálise.
- (E) Psicologia do Testemunho.

GRAU DE DIFICULDADE ● ○ ○

Alternativa A: INCORRETA. Apesar de utilizar os conhecimentos da Psicologia do Desenvolvimento, a articulação entre Psicologia e Direito não ocorreu em virtude disso.

Alternativa B: INCORRETA. A articulação entre Psicologia e Direito tem início no século XIX, enquanto que a Psicologia Cognitiva, de acordo com Neufeld, Brust e Stein (2011), surge em 1956, a partir da influência do computador digital.

Alternativa C: INCORRETA. Segundo Falceto (2008), as terapias familiares surgiram no início dos anos de 1950 devido a necessidade de se incluir a família no tratamento, haja vista que as dinâmicas relacionais familiares podem estar associadas à doença e a preservação da saúde.

Alternativa D: INCORRETA. A Psicanálise, de acordo com Cordioli (2008), teve seu início a partir das experiências de Breuer e Freud no tratamento de doentes conversivos por meio da hipnose. Importante ressaltar que os psicólogos jurídicos podem adotar a abordagem psicanalítica para responder as demandas do judiciário.

Alternativa E: CORRETA. De acordo com Rovinski (2007), Lopez (2009), Messa (2010), Homrich e Lucas (2011), Brito (2012) e Gomide (2016), as relações entre Psicologia e Direito tiveram início no século XIX, quando